



ASPECTOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Beatriz Rodrigues Ferreira, Heitor de Oliveira Marcilio, Mateus Felipe Soares Costa, Michele Rodrigues Albino e Natiele Lopes Costa

Resumo: A promoção da saúde configura-se como o conjunto de estratégias direcionadas para a melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2022). Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as ações de promoção da saúde desenvolvidas, com foco na prevenção de doenças e na melhoria do acesso à informação e aos serviços de saúde. Como resultado, espera-se identificar as principais estratégias utilizadas, os desafios enfrentados pela equipe multiprofissional e o nível de participação da comunidade nas atividades propostas.

Palavras-chave: Saúde; Políticas públicas; Sistema Único de Saúde.

1. Introdução

A promoção da saúde tem se consolidado como eixo estratégico das políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida e à redução das iniquidades sociais. No Brasil, programas como o Programa Saúde na Escola (PSE) evidenciam o papel central da educação em saúde na formação de cidadãos conscientes e críticos, especialmente no contexto escolar, onde crianças e adolescentes constroem hábitos que tendem a se estender por toda a vida. Inserida no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), essa articulação entre os setores da saúde e da educação busca desenvolver ações integradas de prevenção de doenças, vacinação, orientação sanitária e estímulo à cidadania ativa (GONÇALVES et al, 2020).

No entanto, persistem desafios estruturais para a consolidação de políticas públicas intersetoriais, como a fragmentação das ações, a ausência de instrumentos de avaliação contínua e as dificuldades de gestão local.

Tal cenário coloca em evidência a necessidade de fortalecer políticas sanitárias sustentáveis que, além de ampliar o acesso aos serviços, promovam ambientes escolares saudáveis e contribuam para o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde.

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.15	n.2	2024.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:				Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2024.2 - Liberdade e Cidadania

2. Metodologia

As buscas foram realizadas nas bases, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos Capes e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados descritores relacionados à promoção da saúde; educação em saúde; políticas públicas e políticas sanitárias e vacinação, com filtros aplicados para artigos disponíveis na íntegra, no período de 2009 a 2024. A busca inicial resultou em um grande número de periódicos, dos quais foram eliminados textos duplicados, teses, dissertações, resumos de eventos e artigos que mencionavam superficialmente o tema sem abordagem analítica.

A triagem por meio dos títulos e resumos permitiu refinar os critérios, priorizando artigos que mencionassem expressamente a promoção da saúde no título, resumo ou palavras-chave.

Em seguida, os estudos foram organizados em categorias temáticas conforme os enfoques predominantes, como estratégias educativas, ações intersetoriais, políticas públicas, prevenção de doenças e desafios para implementação de práticas promotoras de saúde. A análise foi orientada por referenciais teóricos da saúde coletiva, com atenção especial aos aspectos conceituais, metodológicos e às implicações sociais das práticas de promoção da saúde.

3. Análise e discussão

Segundo as análises do referencial teórico utilizado, a efetividade da promoção da saúde no Brasil tem como base a implementação e a instrumentalização de políticas públicas. Essas políticas devem estar em consonância com as causas — isto é, com os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) — e com as especificidades de cada população, respeitando os princípios de universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação social, conforme os princípios do SUS. Para isso,



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2024.2 - Liberdade e Cidadania

devem ser considerados os seguintes eixos: territorialização; intra e intersectorialidade; planejamento e programação; implementação; monitoramento e reanálise (BRASIL, 2022; BRASIL, 2010; BUSS, 2009).

Como ação prioritária inicial, o reconhecimento territorial configura-se como uma estratégia indispensável. O entendimento dos contextos regionais refere-se à identificação dos DSS, das necessidades locais, dos níveis de operacionalização já alcançados e das abordagens que precisam ser aperfeiçoadas, qualificadas e/ou ampliadas — assim como daquelas que ainda podem ser implementadas. Dessa forma, todas as estratégias propostas devem estar conectadas com o território e a comunidade local, respeitando a diversidade e as especificidades culturais e sociais, de modo a garantir a equidade, a inclusão social e a integralidade, além de orientar a definição das prioridades (BRASIL, 2022).

Ao analisar a intra e intersectorialidade, observa-se que o esforço coletivo deve ser viabilizado por meio da cooperação entre os membros das equipes de um mesmo setor (intrasectorialidade) e entre diferentes áreas governamentais e setores da sociedade (intersectorialidade). A intrasectorialidade é essencial para estabelecer uma comunicação funcional dentro das equipes, assegurando uma operacionalização eficaz por parte de profissionais e gestores. Já a intersectorialidade se expressa na articulação entre diferentes áreas do conhecimento e setores promotores da saúde, sendo fundamental para a efetividade das ações em saúde (BRASIL, 2022; BUSS, 2009).

O planejamento e a programação devem estar alinhados com a territorialização e com as diretrizes construídas a partir da articulação intra e intersectorial. Para isso, é fundamental a elaboração de um plano de ação estratégico e operacional, que detalhe a programação temporal, a duração das ações (curto, médio e longo prazo) e os atores responsáveis por sua execução (BRASIL, 2022; BUSS, 2019).

Ao abordar a implementação, compreende-se que ela corresponde ao momento em que as atividades e estratégias previamente planejadas se tornam



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2024.2 - Liberdade e Cidadania

efetivamente executáveis. Isso exige uma atuação conjunta e contínua entre profissionais de saúde, gestores públicos, autoridades e a sociedade civil (BRASIL, 2022; BUSS, 2009).

O quinto eixo, caracterizado pelo monitoramento, é essencial para o acompanhamento da execução das políticas públicas por meio de indicadores específicos. Esse processo permite a readequação, o aprimoramento e a ampliação do plano estratégico-operacional conforme a realidade de cada território (BRASIL, 2022).

A fim de atingir estes cinco determinantes com máxima efetividade, um dos planos do governo foi, em maio de 2023, publicar a Portaria nº 635 que garante a disponibilização de capital para a instituição e manutenção das equipes multiprofissionais (eMulti) dentro da atenção primária à saúde (APS). As eMulti englobam a pluralidade de saberes e estratégias assimiladas entre diferentes profissionais da saúde, de forma que as especificidades de cada população, a depender também do território, possam ser atendidas (JÚNIOR; ALMEIDA. 2023).

Para afirmar a universalidade da iniciativa, as eMulti foram estruturadas em três segmentos que se correlacionam com a APS local de maneiras distintas. A eMulti Ampliada possui uma carga horária mínima de 300 horas e atende de 10 a 12 equipes de APS. A eMulti Complementar dispõe de uma jornada mínima de 200 horas e precisa trabalhar com entre cinco a nove equipes. Por fim, a eMulti Estratégica lida com uma carga horária de pelo menos 100 horas e participa de uma a quatro equipes de APS. Observa-se que, dessa forma, é viável implementar as eMulti em todos os municípios brasileiros (JÚNIOR; ALMEIDA. 2023).

O estudo de Júnior e Almeida (2023) aponta ainda que os desafios para a ampliação da APS estão longe de serem contemplados e resolvidos somente pela Portaria nº 635, pois mesmo que haja essa garantia financeira, as problemáticas enfrentadas se estendem a questões estruturais, a falta de diretrizes e direcionamento para o funcionamento amplo das eMulti e a carência de políticas de formação e educação continuada para capacitar profissionais a este modelo.

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.15	n.2	2024.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:				Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2024.2 - Liberdade e Cidadania

Mesmo que em um cenário um pouco mais utópico em que haja uma atenção significativa a resolver os aspectos negativos abordados, qualquer política de promoção de saúde, para ser bem sucedida, deve se basear também em aspectos preventivos, já que a prevenção é a maneira mais eficiente e econômica de combater problemas de saúde em nível populacional. Surge disso a noção de gestão de riscos, com a aplicação de recursos na identificação e monitoramento de problemas de saúde pública, bem como no desenvolvimento de respostas aos problemas identificados.

A Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), formulada em 2018, tem como objetivo organizar ações preventivas e de supervisão contínua sobre a saúde populacional. Ela integra a vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e vigilância em saúde do trabalhador. Para maximizar a efetividade desta iniciativa, há como diretrizes a integração com a APS, a ampliação do uso de tecnologias atuais no monitoramento e o incentivo para a participação da população na aplicação da política abordada (BRASIL, 2018).

Entende-se que, a fim de garantir o êxito desses preceitos, é necessário que haja uma educação em saúde. O artigo de Gonçalves et al. (2020) aborda uma ação conjunta entre as equipes de Saúde da Família no Maranhão e a sociedade local que permitiu o diálogo e instrução em relação a tópicos relevantes, como doenças infectocontagiosas, gravidez na adolescência e prevenção de ISTs. Desta forma, é notável que com o estímulo da participação social, é possível atingir um engajamento comunitário satisfatório na prevenção e controle de riscos à saúde.

Além disso, é necessário entender que a educação em saúde não deve ser tópico apenas de eventos, mas da rotina comum de todos os cidadãos. Gonçalves et al. (2020) enfatiza a ideia de que é preciso instruir continuamente as pessoas sobre a própria saúde, o que aprimora o raciocínio crítico sobre hábitos saudáveis e impacta diretamente na saúde coletiva. O artigo de Coelho e Burini (2009) dialoga diretamente com essa afirmação ao divulgar a importância da prática de atividades físicas, que podem ser incluídas no cotidiano amplo da população, e ajudam a evitar e tratar doenças crônicas e a incapacidade funcional.

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.15	n.2	2024.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:				Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2024.2 - Liberdade e Cidadania

4. Conclusão

A promoção da saúde é uma das políticas de governo mais necessárias e desafiadoras, dada sua complexidade, alcance e efeitos. Somam-se a esses fatores as expectativas da população quando se trata de saúde pública, e os desafios únicos de cada região e tem-se um cenário multifatorial, onde elementos podem tanto concorrer quanto se opor, já que a solução aplicada em uma determinada área pode não ser efetiva, ou sequer aplicável, a outra.

O Brasil, sendo um país tão grande e diverso (tanto em fatores epidemiológicos quanto sociais e econômicos) é retrato dessas dificuldades. Por isso, acreditamos que políticas de promoção de saúde no Brasil devem sempre reconhecer esses fatores e levá-los em conta.

Assim, acreditamos que o sucesso dessas políticas ocorrerá quando elas forem pautadas em alguns eixos centrais, como o monitoramento contínuo, baseado em indicadores definidos e relevantes, visto que o acompanhamento constante da evolução da aplicação de ações de saúde e seus resultados é fundamental para medir seu efeito e aplicar correções à medida que for necessário; a ampliação do acesso à saúde primária, como forma de detectar e tratar problemas de saúde o quanto antes; a aplicação de políticas de gestão de risco e de vigilância sanitária, como forma de evitar o avanço de doenças transmitidas por vetores conhecidos; o engajamento social, promovendo o diálogo e a educação da comunidade e a adoção de hábitos de saudáveis na vida cotidiana.

Posto isso, consideramos que a promoção da saúde no Brasil demanda um olhar abrangente e integrado, que considere tanto a estrutura das políticas públicas quanto o engajamento ativo da sociedade na construção de um futuro mais saudável.

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.15	n.2	2024.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:				Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2024.2 - Liberdade e Cidadania

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. 3. ed., atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 84 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Vigilância Sanitária*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 10 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Recomendações para a operacionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde na Atenção Primária à Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 51 p.

BISPO JÚNIOR, J. P., ALMEIDA, E. R. de (2023). Equipes multiprofissionais (eMulti): potencialidades e desafios para a ampliação da atenção primária à saúde no Brasil. *Cadernos De Saúde Pública*, 39(10), e00120123.
<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT120123>

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 163-168, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HN778RhPf7JNSQGxWMjdMxB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

COELHO, C. de F.; BURINI, R. C. Atividade física para prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis e da incapacidade funcional. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 22, n. 6, p. 937-946, 2009.

SOUSA GONÇALVES, Romário de et al. Educação em saúde como estratégia de prevenção e promoção da saúde de uma unidade básica de saúde. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 3, p. 5811-5817, 2020.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Compartilha Igual (CC BY-SA- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.15	n.2	2024.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:				Produção:



Autores:

Natiele Lopes Costa

Graduada em Comunicação Social pela UFMG, estudante de Educação Física pela mesma universidade. Já atuou como bolsista de iniciação científica pesquisando sobre o lazer das juventudes em Belo Horizonte. Atualmente é professora de natação infantil e tem interesse em assuntos relacionados à saúde, políticas públicas, lazer e comportamento motor.

Beatriz Rodrigues Ferreira

Graduanda em Biomedicina pela UFMG, com formação prévia em Ciências Biológicas e experiência em pesquisa nas áreas de diagnóstico molecular e cultura celular. Atuou em projetos sobre Doença de Chagas e Leishmaniose, com domínio em PCR, ELISA e biossegurança. Interessa-se por biologia molecular, diagnóstico laboratorial e automação

Michele Rodrigues Albino

Graduanda em Nutrição pela UFMG, atualmente no final do curso. Participou de Iniciação Científica Voluntária na área de Nutrição Clínica e realizou cursos sobre composição de cardápios escolares e boas práticas de manipulação de alimentos. Possui interesse em seguir na área clínica por meio de uma pós-graduação.

Mateus Felipe Soares Costa

Estudante de Biomedicina pela UFMG e formado em Eletrotécnica e Automação Industrial pelo CEFET-MG. Já atuou como projetista de automação e instrumentação de minas de metais não ferrosos e atualmente trabalha como assessor científico com foco em automação laboratorial. Interessa-se por automação de processos, tecnologia da informação e controle de processos.

Heitor de Oliveira Marcilio

Graduando em Terapia Ocupacional pela UFMG e técnico em Automação Industrial pelo IFMG. Já estagiou no Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON). Interessa-se por Tecnologias Assistivas, Pediatria e Integração Sensorial.

Áreas do Conhecimento:

4.06.02.00-1 Saúde Pública

4.06.03.00-8 Medicina Preventiva

Ciências da Saúde, Agrárias e Biológicas.